

## Caderno de Provas

CTA P 02 - NS

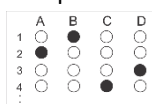
ADVOGADO, ASSESSOR JURÍDICO

Edital Nº. 01/2018 – Prefeituras e Câmaras  
Municipais do Trairi e Agreste Potiguar

21 de outubro de 2018

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para a sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 20 (vinte) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	20 questões	70 pontos
<b>Total de questões</b>	<b>30 questões</b>	<b>100 pontos</b>

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR**

O texto abaixo servirá de base para as questões 1 e 2.

**Noção de erro de português é afetada pela ideia de que, vista do passado, toda evolução é corrupção**

Aldo Bizzocchi

Somos um povo que adora discutir a própria língua. E quando o fazemos, um dos assuntos que invariavelmente vêm à baila é a famigerada questão do erro gramatical. Muito se tem debatido a respeito, e a suposta existência de erros em nossa fala (bem como na escrita) ensejou até o surgimento de uma nova profissão, por sinal lucrativa, a de consultor gramatical. Igualmente, peritos no assunto têm mantido com sucesso colunas em jornais, sites, programas de rádio ou televisão com o propósito de ensinar as pessoas a falar corretamente o seu próprio idioma. Isso porque, segundo o diagnóstico catastrofista desses entendidos, nunca se falou tão mal o português como agora, nossa língua caminha inelutavelmente para a ruína e a dissolução, já não se escreve mais como antigamente, e toda uma interminável cantilena de rabugices.

(...)

É preciso, então, definir claramente o que é o erro em matéria de língua. É evidente que, se um estrangeiro tentando falar português disser “O meu mulher ser muito bonita”, cometerá um erro, a ponto de se poder dizer que isso não é português. Da mesma forma, quando cometemos um *lapsus linguae*, isto é, um equívoco involuntário do qual temos consciência, estamos diante de um erro linguístico.

Mas o que se costuma chamar de “erro de português” é uma expressão linguística que nada tem de acidental, já que é sistemática e, geralmente, proferida por pessoas de menor nível escolar e socioeconômico, embora possa ocorrer até nos mais altos escalões da sociedade. Para a linguística, que é a ciência da linguagem humana, esse fenômeno não pode ser chamado de erro. Se a língua é um sistema de signos que se articulam segundo leis definidas para permitir a comunicação e o pensamento humanos, toda expressão linguística, mesmo a das pessoas iletradas, cumpre esse papel com eficiência.

(...)

A maioria dos chamados erros constitui, na verdade, um uso linguístico inadequado à situação de comunicação. Para entendermos melhor essa inadequação, vamos fazer uma analogia entre a língua que falamos e a roupa que usamos. Ninguém em sã consciência vai a uma cerimônia de formatura de camiseta e bermudas tampouco vai à praia de terno. Assim como há uma roupa adequada a cada ocasião, há uma forma de expressão linguística, chamada registro ou nível de linguagem, adequada a cada situação de discurso.

(...)

Mas e aquelas pessoas que moram na periferia ou na zona rural e dizem “pobrema”, “cardeneta” ou “puliça”, elas não estão falando errado? Do ponto de vista normativo, sim. Mas, como disse, a gramática normativa só se aplica a situações e ambientes formais. O registro deve, antes de tudo, estar adequado ao contexto social da comunicação. Pessoas que vivem num meio de baixa escolaridade e pronunciam “pobrema” estão adaptadas ao seu habitat. Se você duvida, experimente entrar numa favela do Rio vestindo roupa social e vá conversar com os traficantes usando linguagem de magistrado para ver o que lhe acontece.

Não estou dizendo com isso que o linguajar das pessoas não-escolarizadas deva ser incentivado. É evidente que, como cidadãos, devemos lutar para acabar com a pobreza e a ignorância. Nesse sentido, não apenas pronunciar “pobrema” é errado; morar em favelas ou andar maltrapilho é muito mais. No entanto, muitos brasileiros moram em barracos ou na rua e só têm uma roupa – muitas vezes esfarrapada – para vestir e só um registro para falar. Sua fala é pobre como é pobre a sua existência, tanto física quanto mental. O imaginário da classe média idealiza essas pessoas indo a todos os lugares sempre com a mesma camisa surrada, os mesmos chinélos velhos, e falando com todos sempre do mesmo modo.

Texto adaptado. Fonte: Língua Portuguesa, ano 3, n.º 25, novembro de 2007

**01.** A intenção comunicativa predominante no texto é

- A) divulgar as causas para o que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”;
- B) narrar situações que exemplificam o que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”;
- C) descrever situações que justificam o que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”.
- D) opinar sobre o equívoco em relação ao que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”;

**02.** Após a leitura do texto de Aldo Bizzocchi podemos inferir que o autor trata a questão do erro de português a partir de um enfoque

- A) pragmático, pois se refere ao uso da língua adequado às diferentes situações e contextos em que se insere o falante.
- B) sociológico, pois se refere, prioritariamente, à questão socioeconômica das classes média e alta.
- C) gramatical, pois trata do que é “certo” ou “errado” no uso da língua portuguesa, conforme o que prescreve a norma.
- D) acadêmico, pois trata o uso da língua como uma questão científica que apresenta os motivos dos erros e acertos dos falantes.

**03.** Assinale a opção em que está corretamente indicada a ordem dos sinais de pontuação que preencham, RESPECTIVAMENTE, as lacunas da seguinte frase:

“Quando se trata de eleição \_\_\_ duas coisas devem ser observadas \_\_\_ uma é o projeto político proposto pelo candidato \_\_\_ a outra é o posicionamento dele ante as demandas populares.”

- A) dois pontos – vírgula – ponto e vírgula.
- B) ponto e vírgula – vírgula – vírgula.
- C) vírgula – dois pontos – ponto e vírgula.
- D) vírgula – vírgula – ponto e vírgula.

**Leia o excerto a seguir, extraído da obra Iracema (José de Alencar), para responder às questões 4 e 5.**

“Depois, Iracema quebrou a flecha homicida, deu a haste ao desconhecido, guardando consigo a ponta farpada”.

José de Alencar

**04.** No que tange às sequências tipológicas, é correto afirmar que o texto apresentado se trata de

- A) uma sequência descritiva, com adjetivos que possibilitam a construção de um texto estático.
- B) uma sequência narrativa pela presença de verbos que apresentam uma sucessão de fatos.
- C) uma sequência descritiva, pela presença de substantivos acompanhados de adjetivos que os caracterizam.
- D) uma sequência narrativa pela presença de verbos dos quais se possibilita traçar um perfil do personagem da romance.

**05.** Ainda com base no texto de José de Alencar, anteriormente apresentado, assinale a opção que apresenta uma outra construção possível para a última oração do excerto, sem que o sentido do texto seja alterado.

- A) (...)deu a haste ao desconhecido e guardou consigo a ponta farpada.
- B) (...)deu a haste ao desconhecido ao guardar consigo a ponta farpada.
- C) (...)deu a haste ao desconhecido por ter guardado consigo a ponta farpada.
- D) (...)deu a haste ao desconhecido e guardando consigo a ponta farpada.

**06.** Leia o texto a seguir:

“Não sou **nada**. Nunca serei nada. Não posso querer **ser nada**. À parte isso, tenho em mim **todos os sonhos** do mundo.”

Fernando Pessoa

Marque a opção que classifica correta e simultaneamente os termos em destaque no texto acima.

- A) Objeto direto – oração subordinada substantiva objetiva direta – objeto direto.
- B) Objeto direto – objeto direto – objeto direto.
- C) Predicativo do sujeito – oração subordinada substantiva objetiva direta – objeto direto.
- D) Predicativo do sujeito – objeto direto – objeto direto.

**07.** Marque a opção que apresenta problema de desrespeito à norma padrão da Língua Portuguesa, quanto à colocação pronominal.

- A) Sempre te quis como amiga.
- B) Desaprovei a proposta que deram-me.
- C) Os participantes não lhe obedeceram às orientações.
- D) Todos me chamaram ao mesmo tempo.

**08.** Considerando que o texto abaixo foi extraído de uma conversa do *whatsapp*, assinale a opção correta, acerca da variação linguística empregada nele.

**Vc ñ falou cmg hj, BB... Estou com sdds. Bjs!**

- A) Esse tipo de escrita é desconsiderado como texto, visto que não cumpre sua função comunicativa, pois corrompe a norma padrão, apesar de cumprir a função social da língua.
- B) Por ter palavras abreviadas em excesso, está totalmente contrariando as regras da gramática, logo não é um texto capaz de cumprir a função social da linguagem, que é a comunicação.
- C) Esse tipo de escrita é considerável, pois é valorizado em qualquer situação de comunicação, haja vista que cumpre a função social da língua, que é a comunicação.
- D) Apesar de se tratar de uma linguagem abreviada, o texto cumpre sua função comunicativa, mas esse tipo de variação linguística só deve ser utilizado em situações informais específicas.

09. Considere a frase:

“[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seriam as mesmas, para você e para mim, as expectativas sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”

Com a substituição da palavra “expectativas” por “expectativa”, qual das opções a seguir teve a concordância (verbal e nominal) ajustada coerentemente?

- A) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seria as mesmas, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrentes da escolha da profissão certa.”
- B) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seriam as mesmas, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”
- C) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seria a mesma, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”
- D) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seria as mesmas, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”

10. Considere o texto a seguir.



Disponível em: <https://www.google.com.br/search>. Acesso em 04 de setembro de 2018.

Marque a opção na qual todas as palavras estão grafadas em consonância com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016, e que a ortografia se justifica pela mesma regra das palavras apresentadas no segundo quadrinho da tirinha.

- A) Chapéus – papéis – heróis – Piauí.
- B) Androide – alcateia – estreia – joia.
- C) Feiura – bocaiuva – saúde – saída.
- D) Enjoo – veem – perdoo – assembleia.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA ADVOGADO, ASSESSOR JURÍDICO**

11. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que

- A) a política de desenvolvimento urbano, executado pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei complementar, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- B) pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- C) a União aplicará, anualmente, nunca menos de quinze, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- D) o regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios será disciplinado por lei ordinária que disporá sobre vinculação à receita corrente líquida, forma e prazo de liquidação.

12. Com base nos direitos e garantias fundamentais elencados na Carta Magna de 1988 é possível afirmar que

- A) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados de maneira imediata ao juiz competente e, após a oitava do preso, à sua família ou à pessoa por ele indicada.
- B) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, sendo vedado nesses casos indenizações quando o preso ficar além do tempo fixado na citação.
- C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical ou entidade de classe em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia.

13. No que toca as normas de direito administrativo é correto afirmar que

- A) a parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- B) a lei 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos de observância obrigatória no âmbito da União. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios caso desejem que os preceitos contidos na lei 8.666/93 se apliquem em seus territórios devem editar norma específica regulamentando sua adoção pelo ente federativo.
- C) será punido com pena de suspensão de até 90 (noventa) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado pela lei de improbidade administrativa (lei 8.429/92).
- D) os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes que se consorciarem, admitindo-se a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica. É vedado aos consórcios a inserção de cláusula cujo objetivo seja o fornecimento de bens à Administração direta ou indireta dos entes consorciados.

**14.** Com base na lei 8.666/1993 é correto afirmar que

- A) no que concerne ao sistema de registro de preços, a existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.
- B) é dispensável a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C) é vedado às unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.
- D) as obras e serviços poderão ser executados na forma de execução direta e indireta, nos regimes de empreitada por preço global e por preço unitário, por tarefa e empreitada integral.

**15.** Com base na lei de improbidade administrativa é correto afirmar que

- A) qualquer cidadão poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- B) as transações, acordos ou conciliações terão necessariamente a participação da Fazenda Pública, a quem caberá propor ações para o ressarcimento do patrimônio público.
- C) será punido com pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declarações de bens.
- D) as ações destinadas a levar a efeito as sanções por improbidade podem ser propostas até oito anos após o término do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

**16.** A Constituição Brasileira de 1988 ao regular a temática da previdência social estabelece que

- A) é assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, desde que obedecida a condição de trinta e cinco anos de tempo de serviço, se homem, e trinta anos, se mulher.
- B) os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.
- C) a Constituição Federal brasileira veda a adoção de qualquer requisito ou critério diferenciado para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, sem nenhuma previsão de ressalva.
- D) é permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

**17.** Para a Justiça do trabalho, no tocante aos atos, termos, prazos e distribuições processuais é correto afirmar que

- A) os prazos serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- B) as audiências e sessões de julgamento no curso do prazo processual compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro não serão suspensas se acordado entre as partes.
- C) a reclamação verbal não será distribuída antes de sua redução a termo.
- D) o vencimento dos prazos será certificado nos processos pelo juiz ou presidente.

**18.** São direito dos trabalhadores urbanos e rurais consagrados na Constituição Federal

- A) o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, fundo de garantia do tempo de serviço e licença paternidade.
- B) a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- C) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.
- D) o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração.

**19.** De acordo com a lei 4.320/64 é correto afirmar que

- A) são Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, em espécie, de bens e direitos, além dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.
- B) para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a quatro anos.
- C) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- D) os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária serão escriturados como receita do exercício seguinte ao que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

**20.** De acordo com os preceitos contidos na lei de Responsabilidade Fiscal é correto afirmar que

- A) a receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuição, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviço e transferências correntes.
- B) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior à dois exercícios financeiros que não estejam previstos no plano plurianual ou lei que autorize sua inclusão.
- C) a despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as decorrentes de decisão judicial e com os inativos do ente federado.
- D) a dívida pública consolidada ou fundada é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título para amortização em prazo superior a dez anos

**21.** Com base na legislação que rege o Direito Ambiental é correto afirmar que

- A) a lei 6.938/81 permite à imposição de servidão ambiental para limitar o uso de parte da propriedade com o fim de preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes no imóvel. É vedada a aplicação desse instrumento na totalidade do imóvel.
- B) a lei 9.605/98 que dispõe sobre sanções penais e administrativas prevê como pena o recolhimento domiciliar baseado na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado.
- C) a lei 10.257/01 possibilita que os núcleos urbanos formais existentes sem oposição há mais de dez anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor sejam suscetíveis de serem usucapidos coletivamente.
- D) a lei 9.433/97 atribui à competência ao Poder Executivo Federal para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União, sendo vedada a delegação desta competência para Estados e para o Distrito Federal.



**22.** Segundo o Código Tributário Nacional

- A) para efeito de cobrança do IPTU, entende-se como zona urbana a definida em lei estadual, observado o requisito mínimo da existência de melhoramento indicados em pelo menos no abastecimento de água ou na rede de iluminação pública.
- B) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, inexistindo ressalvas na legislação.
- C) é vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.
- D) quando a legislação tributária não fixar o tempo de pagamento, o vencimento do crédito ocorre cinco anos depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado no lançamento.

**23.** Com fundamento no sistema tributário nacional, disciplinado no título IV da Constituição Federal é possível afirmar que

- A) cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- B) lei ordinária estabelecerá critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.
- C) à União compete, de maneira concorrente com os Estados e o Distrito Federal, instituir contribuições sociais de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de atuação nas respectivas áreas.
- D) os impostos terão caráter pessoal sempre e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultada à administração tributária identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

**24.** Com fulcro no direito empresarial é correto afirmar que

- A) aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitado, no que couber, as regras previstas para à sociedade em conta de participação.
- B) tanto pessoas físicas como jurídicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e limitadamente a quota de cada sócio.
- C) a sociedade limitado é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social. A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiriram essa qualidade.
- D) além de no Registro Civil, serão arquivados e averbados, no Registro Público de Empresas Mercantis, os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.

**25.** Conforme a lei 13.105 de março de 2015 é correto afirmar que

- A) verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz arquivará o processo.
- B) se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial do juízo prevento estender-se-á sobre a totalidade do imóvel.
- C) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios gozarão de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- D) a citação será pessoal, não podendo ser feita na pessoa do representante legal. A citação do Município será realizada na sede administrativa na figura do chefe do executivo.

**26.** De acordo com a legislação brasileira é correto afirmar que

- A) conforme a lei 6.015/1973 o acesso ou envio de informações aos registros públicos, quando forem realizados por meio da rede mundial de computadores (internet) deverão ser assinadas com o uso de certificado digital.
- B) conforme a lei 8.078/90 são passíveis de anulação as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que transfiram responsabilidade a terceiros.
- C) conforme a lei 10.741/2003 as transações relativas a alimentos só poderão ser celebradas perante Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo judicial nos termos da lei processual.
- D) conforme a lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

**27.** De acordo com a lei dos juizados é possível afirmar que

- A) conforme a lei 12.153/2009, os juizados Especiais da Fazenda Pública têm competência para as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- B) conforme a lei 9.090/1995, o acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.
- C) conforme a lei 12.153/2009, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios poderão ser partes na condição de autor, nas ações que versem sobre desapropriação, divisão e demarcação de terras.
- D) conforme a lei 12.153/2009, contar-se-á em dobro o prazo para os atos processuais praticados pelas pessoas jurídicas de direito público, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de sessenta dia

**28.** Com base na Lei 10.406/2002 é possível afirmar que

- A) a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso. Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.
- B) o adquirente de imóvel hipotecado pode tomar a seu cargo o pagamento do crédito garantido. O credor deverá ser notificado em até vinte dias e não poderá impugnar a transferência do débito.
- C) nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de dez anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.
- D) o instituidor de uma fundação poderá criá-la por testamento, desde que o faça por dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

**29.** De acordo com as normas do novo processo civil é correto afirmar que

- A) as despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública serão custeadas no início da produção da prova e ressarcidas caso a Fazenda Pública seja vencida ao final do processo.
- B) a União, os Estados e os Municípios podem criar fundos de modernização do Poder Judiciário, aos quais serão revertidos os valores das sanções pecuniárias processuais destinadas à União, aos Estados e aos Municípios.
- C) as perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou Defensoria Pública poderão ser realizadas por entidade pública ou, havendo previsão orçamentária, ter os valores adiantados por aquele que requerer a prova.
- D) o perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de oito anos, independentemente das demais sanções previstas em lei.

**30.** Com relação ao cumprimento da sentença é correto afirmar que

- A) quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a termo ou condição, o cumprimento da sentença será imediata.
- B) o cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador que não tiver participado da fase de conhecimento.
- C) no caso de condenação em quantia certa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á no prazo de trinta dias.
- D) o direito de retenção por benfeitorias nas obrigações de entregar coisa pode ser exercido em qualquer fase do processo.